

Controladoria Geral do Estado



PROCESSO N°

: 2016/33000/000009

UNIDADE GESTORA

: 330100 - Secretaria do Desenvolvimento da

Agricultura e Pecuária - SEAGRO

EXERCÍCIO FINANCEIRO

: 2015

ASSUNTO

: Prestação de Contas Anual

TIPO DE AUDITORIA

: Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 028/2016

SGD Nº 2016/09049/000619

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

- 2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa nº 006/2003.
- 3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.
- O Balanço Orçamentário, às fls. 314 a 315, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de 50,50%, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria, conforme fl. 375.
- 3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **20,54%**, justificado à fl. **375** conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	0,00	7.302.991,01	-
Receita de Capital	152.638.914,00	24.772.597,61	16,23
Deduções da Receita	0,00	-718.004,66	
TOTAL	152.638.914,00	31.357.583,96	20,54



1 =

facanaus 10

B.





Controladoria Geral do Estado



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	36.193,13	-
0225	79.000.000,00	5.830.216,05	7,38
0225	0,00	-718.004,66	-
0226	0,00	918.171,82	-
4220	73.638.914,00	24.573.002,96	33,37
TOTAL	152.638.914,00	31.357.583,96	20,54

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um baixo nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 32,77%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	41.662.551,00	32.805.953,13	78,74
Despesa de Capital	151.646.343,00	30.554.587,69	20,14
TOTAL	193.308.894,00	63.350.540,82	32,77

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	35.620.146,00	30.133.658,88	84,60
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	5.049.834,00	4.745.000,00	93,96
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	79.000.000,00	13.812.505,65	17,48
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	73.638.914,00	14.659.376,29	19,91
TOTAL	193.308.894,00	63.350.540,82	32,77

- 3.4 As alterações no orçamento inicial refletem redução de **0,61**%, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.
- A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 31.357.583,96, somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 32.362.108,78, os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 16.004.823,84 e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 56.958.591,52, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 63.350.540,82, as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 788.026,42, os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 17.131.617,30, restando saldo de R\$ 55.412.923,56 para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 319 a 321.
- 3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. 328 a 329, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:



By.



Controladoria Geral do Estado

- 3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **0,51**%, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.
- 3.6.2 O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível com o Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante ou de baixo valor.
- 3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de R\$ 6.017.050,11, deste montante, R\$ 2.706.181,70 refere-se a restos a pagar processados e R\$ 3.310.868,41 em restos a pagar não processados.
- 3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado R\$ 2.413.785,24, pago R\$ 2.413.785,24 e cancelado R\$ 128.179,38, não restando saldo, conforme documento de fls. 316 e 387.
- 3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago R\$ 4.685.251,92, restando um saldo de R\$ 931.048,98, conforme documento de fls. 386 a 387.
- 3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de R\$ 48.436.427,37, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 55.628.744,51, com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 7.192.317,14, conforme fl. 330.
- 3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de R\$ 751.097.703,20, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.
- 3.7.1 O Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial registra saldo de bens móveis em processo de localização no valor de **R\$ 360.000,00**, não havendo informações sobre baixas no exercício em análise, conforme Nota Explicativa à fl. **381.**
- 3.7.2 O Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial registra saldo de bens móveis de terceiros não localizados anterior a 2012, no valor de R\$ 20.409,44, não havendo informações sobre baixas no exercício em análise, NA Nota Explicativa de fl. 381.
- A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de R\$ 40.482,07, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 328 e 418 a 420.



D. 0.





- 3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de R\$ 54.494.751,74, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:
 - a) banco conta movimento R\$ 49.660.187,46:
 - 1 R\$ 348,42 na Conta Única do Tesouro Estadual;
 - 2 R\$ 49.659.839,04 nas contas bancárias específicas;
 - b) aplicação financeira R\$ 4.834.564,28.
- 3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de R\$ 64.997.302,17, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.
- 3.11 O saldo inicial da conta "Passivo Não Circulante" registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 508.229,66**, referentes a Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo. Houve no exercício, amortização no montante de **R\$ 183.528,54**, não havendo atualização, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de **R\$ 324.701,12.**
- 3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 56.992.594,56 e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 36.151.789,08, demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 20.840.805,48, conforme demonstrado à fl. 325.
- 3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de (R\$ 1.545.667,96), à fl. 334.
- 4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.
- 4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de 4 (quatro) processos de transferências voluntárias por meio de convênio, pactuado com entidades sem fins lucrativos, tendo sido indicadas medidas de adequação dos autos.
- 4.1.1 Também houve a análise, por solicitação do órgão, de 1 (um) processo de contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos com assistência total, continua e ininterrupta, 1 (um) processo de medição parcial e



1 -

Or.



reajustamento do contrato de execução das obras e serviços de irrigação, com fornecimento, instalação e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos e trato agrícolas, tendo sido recomendadas a adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

- 4.2 Ainda foi analisado pela Controladoria Geral do Estado, 1 (um) procedimento de Tomada de Contas Especial, instaurado pela **Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária**, ao qual foi devolvido ao órgão de origem, tendo em vista que não ficou evidenciado, na Tomada de Contas, a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e a quantificação do dano.
- No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados 10 (dez) atendimentos via telefone e 12 (doze) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à concessão e prestação de contas de convênio, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.
- Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.
- 5. Ressalte-se, por oportuno, que, de acordo com o Plano Anual de Auditoria aprovado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, a Diretoria de Controle Externo DCE, realizou no período de **09 de fevereiro** a **30 de abril de 2015**, auditoria de regularidade na Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, referente ao período de 31 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, não tendo sido enviado a esta Controladoria-Geral o relatório de auditoria com as respectivas respostas relativas às ocorrências apontadas.
- 6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 32 a 262, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.
- O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual LOA.



100

v.br





- 6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. 45 a 54, definidos nos Programas Temáticos: 1001 Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, 1002 Aquicultura e Pesca, 1003 Agroindústria, 1004 Agricultura Familiar, 1005 Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos, 1019 Energia (1019) e com suporte nas ações do Programa 1062 Gestão e Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária.
- 6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um baixo grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas e não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 62 a 139.
- 6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 6 (seis) indicadores, sendo que 3 (três) evidenciam um nível satisfatório para o órgão e os outros 3 (três) parcialmente satisfatório, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 55 a 61.
- Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar 17 (dezessete) serviços à sociedade, sendo 8 (oito) parcialmente de um total de 47 (quarenta e sete), demonstrando um baixo grau de eficiência alcançado pela entidade, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls.140 a 189.
- 6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 58 (cinquenta e oito) ações orçamentárias, sendo 34 (trinta e quatro) de natureza atividade e 24 (vinte e quatro) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um baixo grau de eficiência, com a não realização física de 32 (trinta e duas) e financeira de 25 (vinte e cinco) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 190 a 256.
- 6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total 6 (seis) ações de natureza atividade, demonstram que a avaliação feita com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicita um alto grau de eficiência, tendo em vista que execução em média de 79,86%, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 257 a 262.
- 7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **609** a **616**, um quantitativo de **348** servidores ativos, sendo que **10** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **87** por meio de contrato temporário.



facomoro

Praça dos Girassóis, Prédio I, Centro, Palmas - TO, CEP 77001-002 Tel.: +55 63 3218-2563 Fax.: +55 63 3218-2559 - www.cge.to.gov.br





8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Clemente Barros Neto**, **José Humberto de Oliveira** e outros relacionados neste processo fl. **05**.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 15 dias do mês de março de 2016.

Leandro Gomes da Silva

Analista/Analista Técnico Jurídico

Cristiane Dalastra Analista/Contador

Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda Gerente de Avaliação e Controle da Gestão Governamental Wellingthon Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa

Augusto de Souza Pinheiro Júnior Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;

 II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 15/03/2016.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA

Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

